

A Caminho da Segunda Transição

Nicole Guardiola

Não há um vencedor definido à partida nas eleições presidenciais de 11 de Fevereiro em Cabo Verde. Embora Carlos Veiga, do MPD, e Pedro Pires, do PAICV, tenham aparentemente vantagem sobre os outros candidatos, está tudo em aberto. Aquele que vencer terá de saber conquistar os votos dos mais de 45% de eleitores cabo-verdianos que nas legislativas de 14 de janeiro optaram pela abstenção.

Cabo Verde vai a votos, a 11 de Fevereiro, para eleger, entre cinco candidatos, o seu novo presidente, que sucederá a António Manuel Mascarenhas Monteiro, do Movimento para a Democracia (MPD), cujo segundo e último mandato de cinco anos termina agora.

Ao contrário do que aconteceu em eleições anteriores, não há vencedor antecipado (em 1995, Mascarenhas Monteiro foi o único candidato), nem sequer a certeza de que não será necessária uma segunda volta, a 25 de Fevereiro, para conhecer o nome do novo presidente – uma situação que seria inédita.

O número de candidatos em liça e o facto de as eleições presidenciais se realizarem menos de um mês após as legislativas de 14 de Janeiro contribuem para baralhar as cartas e ninguém se atreve a avançar um prognóstico firme.

Carlos Veiga, o candidato do MPD, e o comandante Pedro Pires, apoiado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) têm, à partida, uma forte vantagem sobre os outros três concorrentes. Mas isso não significa que a vitória de um deles esteja garantida. Mesmo que consigam “segurar” os eleitores que os respectivos partidos obtiveram nas eleições legislativas – o que não é certo –, Pedro Pires terá de alargar a base de apoio do PAICV (47,8 %) e Carlos Veiga vai ter de provar que “pesa” mais do que os 39,2 % do MPD.

David Hoppner Almada, Jorge Carlos Fonseca e Onésimo Silveira, que se apresentam como independentes, não têm, oficialmente, nenhuma máquina partidária para os apoiar na campanha, o que constitui um sério obstáculo, agravado pela dispersão da população, dividida entre nove ilhas, a brevidade da campanha e a importância do contacto pessoal para mobilizar um eleitorado pouco motivado.

Teoricamente, os eleitores que se abstiveram nas legislativas – mais de 45 % - são mais do que suficientes para fazer inclinar o fiel da balança a favor de um dos dois “favoritos” logo na primeira volta, ou colocar um dos outsiders na corrida à segunda volta. Na condição, é claro, de que se decidam a votar, mas as previsões a este respeito dependem do sentido atribuído à abstenção registada a 14 de Janeiro, a mais alta de sempre em eleições legislativas.

Cada candidato tem a sua própria teoria a este respeito e, na ausência de dados objectivos precisos, cada um procura puxar os abstencionistas para o seu lado ou, pelo menos, fundar neles as suas esperanças de uma reviravolta.

As anteriores eleições presidenciais também não servem de referência para avaliar a fidelização do eleitorado entre um escrutínio legislativo e um presidencial, dado que em 1996 António Mascarenhas Monteiro foi o único candidato (ver quadro), o que transformou a sua reeleição num plebiscito à personalidade do presidente em exercício e à forma como exerceu o seu mandato.

Nada disso vai acontecer agora. Nenhum candidato se assume como “herdeiro” de Mascarenhas Monteiro. Pelo contrário, todos afirmam que exercerão o cargo de uma forma diferente, porque o sistema e a situação política o permitem e/ou

exigem, ou simplesmente porque são homens com personalidades e experiências diferentes.

A campanha presidencial propriamente dita arrancou dez dias depois das legislativas, mas há muito que os candidatos já estavam em campo, reforçando a impressão de uma única campanha.

As mesmas festas-comícios, nos mesmos locais, com os mesmos artistas convidados e o mesmo público, maioritariamente juvenil, as mesmas caravanas, as mesmas visitas porta-a-porta. Só os retratos e as cores mudaram. Há, talvez, um pouco mais de crispação entre os militantes, sobretudo os do MPD, mas o clima geral é de confiança e serenidade, que pode até ser vista como uma relativa indiferença.

Uma campanha exemplar

O ambiente de normalidade democrática em que decorreram as eleições legislativas e a aceitação do veredicto das urnas por parte de vencedores e vencidos é o aspecto mais positivo da actual situação. Observadores estrangeiros e analistas não deixaram de destacar esta prova de maturidade da sociedade cabo-verdiana. Numa altura em que tantos países africanos estão a braços com conflitos armados, a forma natural como se processa a "segunda alternância" em Cabo Verde é motivo de esperança no futuro da democracia em África.

Uma mudança, iniciada nas eleições autárquicas de 2000 e prosseguida um ano depois, nas legislativas, que traz o PAICV, ex-partido único, de volta ao Governo após 10 anos de oposição. Mas é um PAICV "novo", que aceitou a derrota e se manteve unido, sem perder o contacto com o povo durante a sua travessia do deserto, o que lhe permitiu captar os sinais de cansaço em relação ao MPD e ir ao encontro do desejo de mudança, apresentado-se com um novo líder e candidato a primeiro-ministro, José Maria Neves, de 42 anos, um estilo novo e um novo discurso, menos ideológico e mais solidário com as pessoas, os pobres, os excluídos.

Um partido que não nega os progressos e as realizações dos Governos do MPD, mas denuncia os erros, as injustiças e os desequilíbrios sociais e regionais que se agravaram. E que devolve ao MPD as acusações em matéria de violação dos direitos e liberdades fundamentais e de falta de respeito pelas instituições democráticas, o Parlamento, os tribunais, a Presidência da República.

Acusações que o MPD, e sobretudo o seu fundador e líder Carlos Veiga, tomou primeiro com sobrançeria e depois com uma intolerância crescente, e que aceleraram a desagregação interna de um movimento que nunca chegou a constituir um verdadeiro partido.

A ruptura na direcção do MPD, que deu origem há seis meses à fundação do PRD (Partido Renovador Democrático), e a batalha jurídico institucional em torno da decisão de Carlos Veiga de deixar, em Setembro, todos os cargos para se candidatar à Presidência da República, entregando a chefia do Governo e do partido a Gualberto do Rosário, degeneraram em crise de regime.

Convencido de que o carisma e a popularidade de Veiga eram intocáveis, o MPD ignorou todos os avisos; tratou de desqualificar Jacinto Santos e os dirigentes do PRD reduzindo as suas críticas a invejas e ambições pessoais; não deu importância à criação da Aliança Democrática para a Mudança (ADM), a primeira coligação eleitoral em Cabo Verde, formada por três pequenos partidos dos quais apenas o PCD, de Eurico Monteiro, elegeu um deputado em 1995.

Optou por uma estratégia de bipolarização, procurando convencer os eleitores de que a escolha era entre a Segunda República, representada pelo MPD, sinónimo de liberdade e progresso, e o PAICV, ou seja, a ditadura e o regresso ao passado. Bateu-se contra um fantasma. O papão do comunismo já não assusta os jovens, os desempregados e os cerca de 40 % de cabo-verdianos que continuam a ver na imigração a única saída para uma pobreza sem fim à vista.

A crise financeira, que se agravou no último semestre de 2000, ao ponto de

provocar atrasos no pagamento dos fornecedores do Estado e nos salários de funcionários e bolseiros, fez aumentar a desconfiança em relação ao Governo e deu maior credibilidade aos fumos de corrupção, tráficos de influência e compadrios que envolvem Gualberto do Rosário, como máximo responsável das privatizações, e o próprio Carlos Veiga.

A viragem

O caos na preparação e na organização das eleições legislativas deu a última machadada na imagem do Governo. Todas as inovações introduzidas falharam. Os novos cartões de eleitor de leitura magnética e os novos bilhetes de identidade não foram emitidos e distribuídos a tempo, as listas eleitorais elaboradas por computador revelaram-se cheias de erros e repetições. A dois dias do escrutínio, o PAICV estimava em cerca de 20 000 o número de eleitores que não poderiam votar por falta de documento de identificação, mas o MPD bloqueou, na Comissão Nacional de Eleições (CNE), todas as soluções propostas pelos partidos da oposição. As suspeitas de fraude provocaram alguma tensão no dia da votação, mas não houve incidentes sérios e todos esperaram pacientemente que a CNE se resolvesse a oficializar (com uma semana de atraso) os resultados, que todos já conheciam três horas após o fecho das urnas!

Com 30 deputados eleitos pelo MPD contra 40 do PAICV (maioria absoluta) e dois da ADM, Carlos Veiga ainda não se dava por vencido, atribuindo a derrota do seu partido ao desgaste de 10 anos "com as mesmas caras no poder", às "dificuldades conjunturais" e à abstenção. "O PAICV não ganhou, foi o povo que não votou", disse.

A abstenção foi, efectivamente, a mais alta de sempre: 45,5 %, mas o PAICV ganhou em percentagem e número de votos (ver quadro), além de eleger mais 19 deputados, entre os quais cinco da diáspora (em seis).

A candidatura presidencial de Pedro Pires, que foi primeiro-ministro do PAICV de 1975 a 1990, recebeu um impulso. Mas há um grande cuidado, por parte da actual direcção do PAICV, em evitar qualquer confusão. Pedro Pires é o "candidato que o PAICV apoia, não o candidato do PAICV". Neves desmente as más línguas que insinua que têm outro candidato in petto, David Hopffer Almada, e diz que "obviamente, o PAICV fará tudo para que o seu líder histórico seja eleito".

Obedecerão os eleitores a esta indicação de voto? Nada é menos seguro. Os jovens, sobretudo, não escondem que têm escassa simpatia pelo "Velho". E se não o fizeram, preferirão abster-se, votarão em Veiga, ou num dos outros candidatos? Muitos reconhecem que Veiga "trabalhou muito e fez muitas coisas boas para Cabo Verde".

O país parece estar à beira de fechar um ciclo e dar por definitivamente ultrapassada a dicotomia entre "os libertadores da Pátria" (representados por Pedro Pires, o ex-guerrilheiro) e o "fundador da democracia" (Carlos Veiga).

Os outros candidatos presidenciais congratularam-se com a vitória do PAICV, mas consideram que a eleição de Pires seria má para Cabo Verde porque deixaria Neves sem margem de manobra para empreender o diálogo prometido com as outras forças políticas e a sociedade civil.

Acham que a alternância não basta, que é preciso acabar com a "cultura de Partido único" para poder realizar as reformas estruturais sem as quais Cabo Verde corre o risco de se tornar ainda mais pobre e, a prazo, inviável.

De facto, não há democracia que resista num país "virtual", com a cabeça na economia globalizada e nas novas tecnologias e o resto imerso no subdesenvolvimento e na pobreza. Um país pobre e frágil, com algumas pinceladas de primeiro mundo, como é hoje Cabo Verde.